

economia

Governo vai à OMC contra tarifaço dos EUA

Decisão de apresentar um pedido de consulta aos americanos foi comunicada em nota pelo Ministério das Relações Exteriores

/CONJUNTURA

O governo federal voltou a acionar, ontem, a Organização Mundial do Comércio (OMC) após a administração Donald Trump confirmar um tarifaço que pode chegar a até 37,5% sobre alguns produtos brasileiros.

A decisão de apresentar um pedido de consulta aos Estados Unidos foi comunicada em nota pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Trata-se da primeira etapa do processo na organização.

A gestão petista contesta tanto a taxa de 25%, aplicada com base em uma investigação por práticas do Brasil consideradas desleais no comércio com os Estados Unidos, anunciada em 15 de julho, como também à tarifa de 12,5%, com base em apuração sobre falhas no combate à importação de produtos feitos com o uso de trabalho forçado. Essa última foi anunciada na quinta.

A disputa na OMC, porém, não deve ter efeitos práticos. Desde 2019, a implementação de decisões não é obrigatória pelos

países-membros.

“O Brasil considera que as medidas norte-americanas são injustificadas e incompatíveis com obrigações dos EUA no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994) e do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias da OMC”, diz a nota do Itamaraty.

As duas taxas entraram em vigor neste mês. O governo brasileiro estima que 16,5% das exportações brasileiras aos EUA são alcançadas simultaneamente por elas. É o caso de produtos como máquinas e equipamentos, madeira, gorduras e óleos, calçados, móveis e confecções.

A abertura de uma nova disputa com os EUA na OMC por parte do governo Lula já era esperada. Segundo apurou a reportagem, membros da gestão petista avaliam que o procedimento aberto em agosto do ano passado, quando o Brasil foi atingido por uma sobretaxa de 50%, não poderia ser reaproveitado porque os objetos das consultas são diferentes.

Na época, os americanos che-

garam a aceitar o pedido de consultas feito pelo Brasil, mas afirmaram que as queixas eram temas de segurança nacional e, portanto, não estavam sujeitas à revisão da entidade. Agora, com a nova medida, as autoridades brasileiras buscam evitar qualquer questionamento jurídico que invalide a ação.

Na última semana, o vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que o governo Lula não pretende retaliar os Estados Unidos pelo tarifaço, apesar das críticas à decisão.

“A ideia não é retaliação. Não é. Dizem que (no) olho por olho, o que pode acontecer é os dois ficarem cegos. A reciprocidade é (dizer) ‘estamos sendo injustiçados e queremos corrigir isso’. Temos instrumentos para fazê-los, no momento oportuno, da forma adequada”, disse.

Em comunicados oficiais, a gestão petista disse que iria “imediatamente” iniciar os trâmites para acionar a Lei de Reciprocidade contra os EUA.

Apesar disso, a equipe econômica de Lula adotou um tom di-



RICARDO STUCKERT/PR/JC

Governo Lula contesta tanto a taxa de 25% quanto a tarifa de 12,5%

ferente em relação à possibilidade de acionar os mecanismos da lei aprovada pelo Congresso Nacional, após setores da economia afetados pedirem ao governo negociações que tentassem reverter as taxas sem recorrer a medidas de reciprocidade.

Caso fosse acionada a lei, que permite que um país adote medidas recíprocas (sejam elas econômicas, diplomáticas e outras), alguns produtos e setores importantes para o comércio brasileiro

poderiam acabar prejudicados.

Se as consultas não resolverem a disputa, o demandante – no caso o Brasil – pode pedir a instauração de uma segunda etapa: um painel.

As partes formam os painéis com três membros, escolhidos em comum acordo. Os dois países apresentam petições escritas e participam de audiências. O painel emite um relatório sobre as medidas em contestação e sua compatibilidade com acordos da OMC.

Planalto deve prorrogar Desenrola Brasil 2.0

O governo federal vai renovar o programa de renegociação de dívidas Desenrola Brasil 2.0 por pelo menos mais 30 dias.

Uma das apostas do governo para alavancar a popularidade do presidente no ano eleitoral, o programa tem data de encerramento no dia 3 de agosto. A informação foi divulgada pelo O Globo e confirmada pela reportagem.

Segundo um integrante da equipe econômica, a renovação deve ser, inicialmente, por 30 dias, mas o prazo pode ser ampliado. Pesquisa Quaest divulgada em julho mostrou que o programa tem auxiliado na melhora da aprovação do presidente.

Na ocasião, 55% dos entrevistados afirmaram que o programa era positivo. Em maio, o número estava em 50%.

O último balanço do Ministério da Fazenda aponta que até o dia 23 foram renegociados R\$ 22 bilhões em dívidas, com 3,6 milhões de operações.

O Desenrola 2.0 tem como alvo os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos por mês. Para renegociar as dívidas, é preciso ter débitos em

atraso até 31 de janeiro de 2026, com pendências entre 90 dias e dois anos.

São aceitas para negociações as modalidades de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal.

O programa prevê descontos de até 90% e juros limitados a 1,99% ao mês e permite o uso de até 20% do saldo disponível no FGTS ou até R\$ 1.000, o que for maior, para pagamento parcial ou integral das dívidas bancárias renegociadas. Também

podem ser utilizados recursos de contas ativas e inativas do fundo, com prioridade para as contas inativas.

Na prática, trabalhadores com saldo menor podem acessar um valor proporcionalmente maior. Um trabalhador que tenha R\$ 3.000 no FGTS, por exemplo, pode utilizar R\$ 1.000 no Desenrola, apesar de 20% do saldo corresponderem a R\$ 600. Já quem possui R\$ 10 mil no fundo pode usar até R\$ 2.000, respeitando o limite de 20% do saldo.



TÂNIA MEINERZ/JC

Último balanço diz que foram renegociados R\$ 22 bi em dívidas até o dia 23

IPCA-15 desacelera 0,06% em julho e fica abaixo das projeções

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) desacelerou a 0,06% em julho, após marcar 0,41% em junho, apontam dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analistas do mercado financeiro esperavam taxa de 0,22% para o sétimo mês de 2026, conforme a mediana das projeções coletadas pela agência Bloomberg. O intervalo das estimativas ia de 0,15% a 0,29%.

No acumulado de 12 meses, o IPCA-15 acumulou alta de 4,52% até julho, disse o IBGE. A variação era de 4,8% até junho.

O índice segue acima do teto de 4,5% da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (BC) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A publicação dos dados ocorre uma semana antes da nova reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do BC.

O colegiado terá encontro nos dias 4 e 5 de agosto para definir o patamar da taxa básica de

juros, a Selic, que está em 14,25% ao ano.

Analistas veem chance de um novo corte de 0,25 ponto percentual. Isso levaria a Selic para 14%, patamar em que a taxa pode ficar até o final do ano, conforme o boletim Focus.

O IPCA-15 é divulgado antes do IPCA. Por isso, sinaliza uma tendência para o índice oficial de inflação. Uma das diferenças entre os dois é o período de coleta dos preços.

A apuração do IPCA-15 abrange a segunda metade do mês anterior e a primeira do mês de referência. No caso do resultado de julho, a coleta foi realizada de 17 de junho a 15 de julho.

Já o levantamento do IPCA ocorre ao longo do mês de referência. Por isso, o resultado de julho ainda não está fechado. Será divulgado pelo IBGE em 11 de agosto.

Na mediana, as projeções do mercado financeiro apontam alta de 5,12% para o IPCA no acumulado de 2026, segundo o boletim Focus.